



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 121/XIV/ 2.ª SL

Aos 12 dias do mês de maio de 2021, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### [Presencial e Videoconferência]

**10h30** - Audição ao **Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)**, a requerimento do **BE**

**Obs.:** Audição por videoconferência

**11h30** – Reunião Ordinária

1. Apreciação e votação das **atas n.º 118 e 119** referentes às reuniões dos dias 04 e 05 de maio.

2. Apreciação e votação dos **Projetos de Resolução:**

**2.1. nº 60/XIV/1ª (PSD)** – “Recomenda ao Governo que faça cumprir as obrigações do Estado e dos seus organismos, garantindo uma circulação segura da população local e de todos os que utilizam a EN-225”

**2.2. nº 72/XIV/1ª (BE)** – “Recomenda ao Governo que proceda à requalificação urgente da Estrada Nacional 225”

**2.3. nº 121/XIV/1ª (CDS-PP)** – “Recomenda ao Governo a reabilitação da EN225”

**2.4. nº 133/XIV/1ª (PEV)** – “Pela urgente requalificação da Estrada Nacional 225”

**2.5. nº 236/XIV/1ª (PCP)** – “Recomenda ao Governo a requalificação urgente da Estrada Nacional 225”

3. Discussão do **Projeto de Resolução n.º 1171/XIV/2ª (PCP)** – “Pela requalificação e reabertura do serviço regional e inter-regional de transporte ferroviário no Alentejo Litoral e Distrito de Setúbal”



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 121/XIV/ 2.ª SL

4. Fixação da Redação Final relativa aos **Projeto de Lei n.os 396/XIV/1.ª (PEV)** – “Reforça a transparência nos contratos de adesão (Altera o Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de outubro)” e **º 532/XIV/2.ª (BE)** – “Procede ao reforço da transparência e dos efeitos da proibição de cláusulas gerais nos contratos de adesão (4.ª alteração ao Regime Jurídico das Cláusulas Contratuais Gerais)”

5. Apreciação e votação do parecer referente ao **Projeto de Lei n.º 718/XIV/2ª (PSD)** – “Altera o regime da propriedade horizontal, procedendo à octogésima alteração ao Código Civil, e à alteração ao Decreto-Lei n.º 268/94, de 25 de outubro com as alterações subsequentes”

6. Apreciação e votação do parecer referente ao **Projeto de Lei n.º 724/XIV/2.ª (BE)** — “Regime extraordinário de apoio à manutenção de habitação e espaços comerciais no período de mitigação e recuperação do SARS Cov-2 (6.ª alteração à Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril)”

7. Baixou à Comissão o **Projeto de Resolução n.º 1244/XIV/2.ª (BE)** – “Pela reposição dos locais de paragem do Intercidades em Setúbal e Alcácer do Sal e a restituição do serviço regional da linha sul entre Barreiro e Tunes”

8. Baixou à Comissão o **Projeto de Resolução n.º 1255/XIV/2.ª (PCP)** – “Pela criação da Administração dos Portos do Algarve, integrando todos os portos comerciais, de pesca e de recreio da região algarvia”

9. Outros Assuntos

---

**10h30** - Audição ao **Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)**, a requerimento do **BE**



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 121/XIV/ 2.ª SL

Iniciada a reunião, o Senhor Vice-Presidente da Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, Deputado Pedro Coimbra, começou por dar início à audição a requerimento do BE, dando as boas vindas ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes, representada pelo Senhor Presidente, Dr. Eduardo Feio, bem como a todos os Deputados presentes e aos que se encontravam a assistir à audição através do sistema de videoconferência.

Após a intervenção inicial do Presidente do IMT, usaram da palavra, na ronda única de perguntas, os Senhores Deputados Isabel Pires (BE), Márcia Passos (PSD) e André Pinotes (PS), tendo o Senhor Dr. Eduardo Feio respondido individualmente aos Senhores Deputados.

A audição foi objeto de [gravação](#), a qual faz parte integrante da presente ata e pode ser consultada na página da Comissão na Internet.

#### **11h30** – Reunião Ordinária

**1.** Apreciação e votação das **atas n.º 118 e 119** referentes às reuniões dos dias 04 e 05 de maio.

Iniciada a 2.º parte da reunião, o Senhor Vice-Presidente, Deputado Pedro Coimbra, submeteu a votação as atas n.os 118 e 119/XIV/2.ª, relativa às reuniões de 04 e 05 de maio de 2021, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PAN e do PEV.

#### **2.** Apreciação e votação dos **Projetos de Resolução:**

**2.1. n.º 60/XIV/1ª (PSD)** – “Recomenda ao Governo que faça cumprir as obrigações do Estado e dos seus organismos, garantindo uma circulação segura da população local e de todos os que utilizam a EN-225”

**2.2. n.º 72/XIV/1ª (BE)** – “Recomenda ao Governo que proceda à requalificação urgente da Estrada Nacional 225”

**2.3. n.º 121/XIV/1ª (CDS-PP)** – “Recomenda ao Governo a reabilitação da EN225”



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 121/XIV/ 2.ª SL

**2.4. nº 133/XIV/1ª (PEV)** – “Pela urgente requalificação da Estrada Nacional 225”

**2.5. nº 236/XIV/1ª (PCP)** – “Recomenda ao Governo a requalificação urgente da Estrada Nacional 225”

De seguida, deu-se entrada no ponto 2 da ordem do dia, tendo o Senhor Vice-Presidente da Comissão submetido as iniciativas acima melhor identificadas a apreciação e votação, as quais constam do Relatório de Votações, respetivamente, que pode ser consultado nas [páginas das referidas iniciativas](#) na Internet e que faz parte integrante desta ata.

**3. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1171/XIV/2ª (PCP)** – “Pela requalificação e reabertura do serviço regional e inter-regional de transporte ferroviário no Alentejo Litoral e Distrito de Setúbal”

O Senhor Vice-Presidente informou que o BE requereu que o Projeto de Resolução n.º 1244/XIV/2.ª (BE) – “Pela reposição dos locais de paragem do Intercidades em Setúbal e Alcácer do Sal e a restituição do serviço regional da linha sul entre Barreiro e Tunes”, pudesse ser discutido em conjunto, ouvidos os GP não ocorreu oposição para que tal sucedesse.

A discussão dos Projetos de Resolução (PJR) n.os 1171/XIV/2.ª (PCP) e 1244/XIV/2.ª (BE) ocorreu nos seguintes termos, tendo o Senhor Vice-Presidente começado por dar a palavra ao Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) que destacou que o Projeto de Resolução em apreço traduz uma proposta concreta consubstanciada na devolução dos comboios à população do Distrito de Setúbal. Frisou o encerramento do transporte regional na Linha do Sul à cerca de uma década. Recordou que a cidade de Setúbal ficou sem ligações ferroviárias diretas para sul e observou as situações em que a população ficou completamente despossada de transporte ferroviário. Fez referência à discussão pública acerca da descarbonização, da agenda verde e das questões climáticas, porém salientou a necessidade de ações concretas. Nesse sentido, destacou que a linha existe, está eletrificada, sendo de imediato possível a realização de comboios de passageiros com material circulante de tração elétrica neste território. Salientou que a região é bastante penalizada pela ausência de transporte ferroviário.



## **Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

### **ATA NÚMERO 121/XIV/ 2.ª SL**

Observou que a reativação do serviço regional de passageiros nestas linhas, seja na Linha do Sul seja na Linha de Sines passa por uma decisão exclusivamente de gestão e exploração do transporte ferroviário a partir da CP, e só depois por novos investimentos em infraestruturas, como sendo o caso de uma nova Estação de passageiros em Sines. Observou os investimentos anteriormente realizados na estação da CP de Setúbal, orçados em cerca de 11 milhões de euros, porém a população não usufrui da devida mobilidade ferroviária. Concluiu, afirmando a necessidade de promover a requalificação e reabertura do serviço regional e inter-regional de transporte ferroviário no Alentejo Litoral e Distrito de Setúbal, assegurar a passagem por Setúbal do serviço Intercidades Lisboa/Faro, retomar o serviço regional de passageiros na Linha de Sines e adequar a articulação do transporte ferroviário e dos horários com as necessidades das populações e dos utentes.

De seguida, foi dada a palavra à Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) que, no uso da mesma afirmou que o distrito de Setúbal tem vindo a sofrer sucessivas supressões do serviço de transporte ferroviário, tomadas à margem dos interesses das populações. Referiu que as opções de mobilidade ferroviária não se devem esgotar no uso pendular e de longo curso, assente numa lógica de rentabilidade, esquecendo os outros serviços de transporte a disponibilizar e os habitantes dos territórios que deve servir. Observou que Setúbal é capital de Distrito, com universidades, com um hospital, com serviços, com espaços de criação e cultura, sendo necessário garantir a mobilidade das populações no seu território. Referiu que atualmente nem sequer é servida por um comboio intercidades, porém tem uma forte ligação ao Sul do país. Explicou que o Projeto de Resolução em apreço pretende inverter o conceito de mobilidade da Península de Setúbal centrado em Lisboa, procurando recuperar as ligações ferroviárias existentes em 2011. Face ao exposto, afirmou a necessidade de repor os locais de paragem do serviço Intercidades em Setúbal e Alcácer do Sal, bem como recuperar o serviço regional da Linha do Sul, no seu percurso original, com partida na cidade do Barreiro.

Solicitada a palavra pelo Senhor Deputado Filipe Pacheco (PS) para felicitar o GP PCP e o GP BE pelos Projetos de Resolução apresentados, afirmou que a aposta na ferrovia tem sido uma das prioridades políticas do PS. Destacou a pertinência da discussão dado que a linha do Sul corresponde a uma das principais vias ferroviárias do país, evidenciou a supressão de todo o serviço regional entre Lisboa e Faro, a 11 de dezembro de 2011,



## **Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

### **ATA NÚMERO 121/XIV/ 2.ª SL**

pelo Governo constituído por PSD e CDS-PP. Igualmente, lembrou que Alcácer do Sal ficou sem qualquer serviço de passageiros no decurso das supressões de serviços efetuadas. Demonstrou incompreensão pela ausência de referências nos Projetos de Resolução à aposta na ferrovia preconizada pelo Governo. Frisou ser bem patente a aposta na ferrovia, desde logo no plano Ferrovia2020, referiu que o contexto de investimentos em curso e de aquisição e recuperação de material circulante deve ser salientando. Abordou que o novo Plano Ferroviário Nacional pretende levar a ferrovia a todas as capitais de distrito, contudo esse desígnio não foi abordado pelos Projetos de Resolução em apreço. Observou que a retoma do serviço de passageiros em Sines, devido à ausência de infraestruturas, deve estar inserida no Plano Ferroviário Nacional. Colocou à consideração se faz sentido a paragem do comboio intercity em Alcácer do Sal, o que implicaria um acréscimo significativo no tempo de viagem. No seu entender algumas das opções apresentadas nos PJR necessitam de validação técnica, contudo, não deixou de concluir, frisando o forte investimento em curso na Ferrovia.

De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Nuno Miguel Carvalho (PSD) que, no uso da mesma, afirmou a visão europeia para a mobilidade, que assenta na descarbonização e na redução da pegada ecológica, nesse sentido procurou esclarecer o atual contexto de mobilidade. Frisou que as decisões ferroviárias tomadas à cerca de uma década atrás estão interligadas a um específico contexto de dificuldade económica e social. Mencionou, indo ao encontro dos Projetos de Resolução em apreço e fazendo referência à mencionada disponibilidade de material circulante e à existência de linha ferroviária, que apenas falta decidir e materializar o proposto. Afirmou que as matérias aqui reivindicadas devem ter uma resposta governativa, sem deixar de frisar que o atual contexto económico e de coesão territorial é totalmente diferente. Por fim, concluiu que o atual Governo não tem argumentos por não ter, até ao presente momento, respondido aos ensejos, em termos de mobilidade ferroviária, destas populações.

Solicitada a palavra pelo Senhor Deputado João Almeida (CDS-PP) para salientar que as decisões tomadas em 2011, pelo Governo à altura, não corresponderam a decisões estratégicas, mas a respostas imediatas dado o grave contexto de crise económica com que o país se deparou. Observou que o atual Governo PS está em funções há mais tempo, comparativamente ao Governo PSD/CDS-PP, não ocorrendo justificações de falta de oportunidade na resolução das questões evidenciadas nos PJR. Referiu que não podem ser tomadas decisões acerca de abertura de linhas e de estações sem o



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 121/XIV/ 2.ª SL

cumprimento de dois essenciais pressupostos: em primeiro, analisar a coerência das decisões respeitando o planeamento global, sem dúvida que é com base no interesse das populações; em segundo, tem de ocorrer viabilidade técnica e económica. Concluiu, afirmando que o Governo não disponibilizou suficiente informação para aferir, nos casos apresentados, a viabilidade das propostas.

Por fim, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) no uso da palavra para uma intervenção final, salientou que a ferrovia, mais do que declarada, tem de ser praticada, nesse sentido afirmou que no Distrito de Setúbal tem sido esquecida. Referiu que a linha ferroviária existe, ao contrário de outros Distritos que necessitam de investimento ferroviário estruturante, e que apenas basta disponibilizar o material circulante para de imediato concretizar as necessidades de mobilidade ferroviária da Região de Setúbal. Observou a existência das locomotivas recuperadas, série 2600, aptas para garantir a mobilidade ferroviária no Distrito de Setúbal. Salientou não ser preciso o Plano Ferroviário Nacional para disponibilizar o comboio em Setúbal. Observou, falando em métricas, que não deve ser a viabilidade económica ou financeira a determinar a concretização deste tipo de linhas de âmbito regional, salientou que estes tipos de comboios não devem ser lucrativos, devem sim, apresentar viabilidade técnica. Concluiu, salientando que a proposta apresentada pelo PCP é das mais fáceis de realizar.

Pelo Senhor Vice-Presidente foi dado como encerrada a discussão dos projetos de resolução ora em apreço.

**4. Fixação da Redação Final relativa aos Projeto de Lei n.os 396/XIV/1.ª (PEV) – “Reforça a transparência nos contratos de adesão (Altera o Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de outubro)” e o 532/XIV/2.ª (BE) – “Procede ao reforço da transparência e dos efeitos da proibição de cláusulas gerais nos contratos de adesão (4.ª alteração ao Regime Jurídico das Cláusulas Contratuais Gerais)”**

Foi fixada a redação final, referente aos Projetos de Lei n.º Projeto de Lei n.º 396/XIV/1.ª (PEV) – “Reforça a transparência nos contratos de adesão (Altera o Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de outubro)” e o 532/XIV/2.ª (BE) – “Procede ao reforço da transparência



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 121/XIV/ 2.ª SL

e dos efeitos da proibição de cláusulas gerais nos contratos de adesão (4.ª alteração ao Regime Jurídico das Cláusulas Contratuais Gerais)”, sem votos contra.

**5. Apreciação e votação do parecer referente ao Projeto de Lei n.º 718/XIV/2ª (PSD) – “Altera o regime da propriedade horizontal, procedendo à octogésima alteração ao Código Civil, e à alteração ao Decreto-Lei n.º 268/94, de 25 de outubro com as alterações subsequentes”**

A Senhora Deputada Maria Begonha (PS), apresentou, nos seus termos, o parecer que, na qualidade de Relator, elaborara sobre o Projeto de Lei n.º 718/XIV/2ª (PSD) – “Altera o regime da propriedade horizontal, procedendo à octogésima alteração ao Código Civil, e à alteração ao Decreto-Lei n.º 268/94, de 25 de outubro com as alterações subsequentes”.

A Senhora Deputada Márcia Passos (PSD) suscitou a palavra para felicitar a Senhora Deputada relator Maria Begonha (PS).

De imediato, o Senhor Vice-Presidente, agradeceu o trabalho desenvolvido pela Deputada relator, colocou o parecer sobre o Projeto de Lei n.º 718/XIV/2ª (PSD) – “Altera o regime da propriedade horizontal, procedendo à octogésima alteração ao Código Civil, e à alteração ao Decreto-Lei n.º 268/94, de 25 de outubro com as alterações subsequentes” – à votação, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PAN e do PEV.

**6. Apreciação e votação do parecer referente ao Projeto de Lei n.º 724/XIV/2.ª (BE) — “Regime extraordinário de apoio à manutenção de habitação e espaços comerciais no período de mitigação e recuperação do SARS Cov-2 (6.ª alteração à Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril)”**

A Senhora Deputada Maria Begonha (PS), apresentou, nos seus termos, o parecer que, na qualidade de Relator, elaborara sobre o Projeto de Lei n.º 724/XIV/2.ª (BE) — “Regime extraordinário de apoio à manutenção de habitação e espaços comerciais no





## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 121/XIV/ 2.ª SL

período de mitigação e recuperação do SARS Cov-2 (6.ª alteração à Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril)”.

De imediato, o Senhor Vice-Presidente colocou o parecer sobre o Projeto de Lei n.º 724/XIV/2.ª (BE) — “Regime extraordinário de apoio à manutenção de habitação e espaços comerciais no período de mitigação e recuperação do SARS Cov-2 (6.ª alteração à Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril)” – à votação, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PAN e do PEV.

**7.** Baixou à Comissão o **Projeto de Resolução n.º 1244/XIV/2.ª (BE)** – “Pela reposição dos locais de paragem do Intercidades em Setúbal e Alcácer do Sal e a restituição do serviço regional da linha sul entre Barreiro e Tunes”

O Senhor Vice-Presidente informou que baixou à Comissão o Projeto de Resolução n.º 1244/XIV/2.ª (BE) – “Pela reposição dos locais de paragem do Intercidades em Setúbal e Alcácer do Sal e a restituição do serviço regional da linha sul entre Barreiro e Tunes”.

**8.** Baixou à Comissão o **Projeto de Resolução n.º 1255/XIV/2.ª (PCP)** – “Pela criação da Administração dos Portos do Algarve, integrando todos os portos comerciais, de pesca e de recreio da região algarvia”

Igualmente, o Senhor Vice-Presidente informou que baixou à Comissão o Projeto de Resolução n.º 1255/XIV/2.ª (PCP) – “Pela criação da Administração dos Portos do Algarve, integrando todos os portos comerciais, de pesca e de recreio da região algarvia”.

### **9.** Outros Assuntos

9.1. Apreciação e votação do Parecer referente ao Projeto de Lei n.º 543/XIV/2ª (CH) – “Pela alteração da Lei de bases da habitação, impossibilitando o acesso à habitação pública a sujeitos jurídicos que apresentem manifestações de fortuna e outros acréscimos patrimoniais não justificados de acordo com a tabela constante do artigo 4.º do artigo 89.º -A da Lei Geral Tributária, garantindo ainda a impossibilidade de recurso



## **Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

### **ATA NÚMERO 121/XIV/ 2.ª SL**

à bolsa de habitação aos cônjuges, ou quaisquer outros elementos de um agregado familiar ao qual já tenha sido atribuído um foco habitacional”

O Senhor Deputado André Pinotes (PS), apresentou, nos seus termos, o parecer que, na qualidade de Relator o Senhor Deputado Ricardo Leão (PS) elaborara sobre o Projeto de Lei n.º 543/XIV/2ª (CH) – “Pela alteração da Lei de bases da habitação, impossibilitando o acesso à habitação pública a sujeitos jurídicos que apresentem manifestações de fortuna e outros acréscimos patrimoniais não justificados de acordo com a tabela constante do artigo 4.º do artigo 89.º -A da Lei Geral Tributária, garantindo ainda a impossibilidade de recurso à bolsa de habitação aos cônjuges, ou quaisquer outros elementos de um agregado familiar ao qual já tenha sido atribuído um foco habitacional”.

De imediato, o Senhor Vice-Presidente, felicitou o Deputado relator, colocou o parecer sobre o Projeto de Lei n.º 543/XIV/2ª (CH) – “Pela alteração da Lei de bases da habitação, impossibilitando o acesso à habitação pública a sujeitos jurídicos que apresentem manifestações de fortuna e outros acréscimos patrimoniais não justificados de acordo com a tabela constante do artigo 4.º do artigo 89.º -A da Lei Geral Tributária, garantindo ainda a impossibilidade de recurso à bolsa de habitação aos cônjuges, ou quaisquer outros elementos de um agregado familiar ao qual já tenha sido atribuído um foco habitacional” – à votação, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PAN e do PEV.

8.2. Discussão do Projeto de Resolução n.º 240/XIV/1ª (PSD) – “Recomenda ao Governo que proceda à eliminação do “Pórtico de Neiva” na A28 da localização atual”

O Senhor Vice-Presidente colocou à consideração a discussão do Projeto de Resolução n.º 240/XIV/1ª (PSD) – “Recomenda ao Governo que proceda à eliminação do “Pórtico de Neiva” na A28 da localização atual”, não ocorrendo consenso para o efeito.

8.3. Baixou à Comissão o Projeto de Lei n.º 818/XIV/2ª (CH) – “Procede à alteração ao número 1 do artigo 27.º, adicionando os pontos 3 e 4 do artigo 53.º da Lei das Comunicações Eletrónicas”



## **Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

### **ATA NÚMERO 121/XIV/ 2.ª SL**

O Senhor Vice-Presidente deu conta que baixou à Comissão o Projeto de Lei n.º 818/XIV/2ª (CH) – “Procede à alteração ao número 1 do artigo 27.º, adicionando os pontos 3 e 4 do artigo 53.º da Lei das Comunicações Eletrónicas”. Igualmente, referiu que acerca da PPL n.º 83/XIV/2ª (GOV) – “Aprova a Lei das Comunicações Eletrónicas e transpõe a Diretiva (UE) 2018/1972, que estabelece o Código Europeu das Comunicações Eletrónicas” foi atribuída a nomeação ao Deputado Relator Jorge Paulo Oliveira (PSD). Dado a similaridade de temáticas colocou à consideração dos GP a indicação do Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) para relator da mencionada iniciativa, havendo consenso para o efeito.

8.4. Baixou à Comissão o Projeto de Lei n.º 828/XIV/2ª (PSD) – “Altera o regime de estacionamento e aparcamento de autocaravanas (vigésima primeira alteração ao Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio)” – em conexão com a 11ª Comissão.

O Senhor Vice-Presidente referiu que baixou à Comissão o Projeto de Lei n.º 828/XIV/2.ª (PSD) – “Altera o regime de estacionamento e aparcamento de autocaravanas (vigésima primeira alteração ao Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio)”, mencionou que estão atribuídas um conjunto de iniciativas sobre a mesma temática ao Deputado Relator Jorge Salgueiro Mendes (PSD) propondo que se proceda de igual modo. Face ao exposto, foi deliberado proceder em conformidade.

8.5. Apreciação e votação do requerimento do PCP para audição do Ministro das Infraestruturas e Habitação sobre “o pedido de insolvência da SPDH/Groundforce por parte da TAP”

O Senhor Vice-Presidente, colocou à consideração, havendo consenso, a admissão para discussão do requerimento do PCP para audição do Ministro das Infraestruturas e Habitação sobre “o pedido de insolvência da SPDH/Groundforce por parte da TAP”.

Com a devida anuência dos GP o PCP apresentou, nos seus termos, o requerimento para audição do Ministro das Infraestruturas e Habitação sobre “o pedido de insolvência da SPDH/Groundforce por parte da TAP”.



## **Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

### **ATA NÚMERO 121/XIV/ 2.ª SL**

De imediato, o Senhor Vice-Presidente, colocou o requerimento à votação, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PAN e do PEV.

De seguida, o Senhor Vice-Presidente deu conta que, identicamente, falta agendar a audição com o Ministro das Infraestruturas e Habitação sobre o Aeroporto do Montijo, a requerimento do CDS-PP, tendo sido proposto marcar ambas audições para o dia 1 ou, em alternativa, 2 de junho, pelas 10h30.

o Senhor Vice-Presidente questionou o CDS-PP, atendendo à indisponibilidade de agenda do Professor Doutor Vital Moreira para estar presente na audição inerente à temática o Aeroporto do Montijo, se pretendia manter a audição proposta no requerimento. De imediato, o Senhor Deputado João Almeida (CDS-PP) comunicou que o CDS-PP abdica da audição do Professor Doutor Vital Moreira.

Solicitou a palavra, o Senhor Deputado João Almeida (CDS-PP), acerca da audição para apresentação da Estratégia e do Plano de Atividades do Banco Português de Fomento, considerou que deverá ocorrer com os atuais representantes da instituição, em exercício de funções, não sendo exequível aguardar pela tomada de posse dos membros dos órgãos sociais. Ouvido os GP, o Senhor Vice-Presidente afirmou que se deverá proceder ao agendamento da audição conforme indicação do proponente do requerimento.

Por fim, foi dado conta da necessidade de agendar uma reunião de mesa e coordenadores, para o dia 26 de maio, pelas 11h30, com o intuito de organizar os trabalhos da Comissão.

A reunião foi encerrada às 12:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



**Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

**ATA NÚMERO 121/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL**

Palácio de São Bento, 13 de maio de 2021.

**O VICE-PRESIDENTE**

**(PEDRO COIMBRA)**



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 121/XIV/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista (PS)  
Hugo Costa (PS)  
Jamila Madeira (PS)  
José Rui Cruz (PS)  
Pedro Coimbra (PS)  
António Topa (PSD)  
Cristóvão Norte (PSD)  
Emídio Guerreiro (PSD)  
Isabel Lopes (PSD)  
Jorge Salgueiro Mendes (PSD)  
Sofia Matos (PSD)  
Isabel Pires (BE)  
Maria Manuel Rola (BE)  
Bruno Dias (PCP)  
João Pinho De Almeida (CDS-PP)  
José Luís Ferreira (PEV)  
Filipe Pacheco (PS)  
Maria Begonha (PS)  
Jorge Paulo Oliveira (PSD)  
Márcia Passos (PSD)  
Eduardo Teixeira (PSD)  
Nuno Miguel Carvalho (PSD)  
Pedro Alves (PSD)  
Joana Mortágua (BE)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira (PS)  
Hugo Carvalho (PS)  
Hugo Oliveira (PS)  
Ricardo Leão (PS)  
Inês De Sousa Real (PAN)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Fazenda (PS)  
Carlos Silva (PSD)  
Filipa Roseta (PSD)



**Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

**ATA NÚMERO 121/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL**